



Curso: 20203: Programa de Pós-graduação em Administração Pública em Rede Nacional - Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional - Esan

Disciplina: 20203001 - Estado, Sociedade e Administração Pública

Docente(s): Jose Carlos de Jesus Lopes

Oferta: 2014/2

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Síntese do Conteúdo Programático

Aulas: Temas:

- 1 O Estado: elementos constitutivos, características, funções e organização;
- 2 Capitalismo e formas de governo;
- 3 Federalismo, Estado e mercado;
- 4 Accountability, Estado e democracia;
- 5 Política deliberativa;
- 6 Sociedade e dinâmica social;
- 7 Cidadania e a noção de bem comum;
- 8 Movimentos sociais: organização, demandas, estratégias e criminalização;
- 9 Política e participação social;
- 10 Conceito de administração pública e características do setor público brasileiro;
- 11 Estrutura de poder na administração pública: as esferas e a integração dos poderes;
- 12 O processo administrativo aplicado à administração pública: funções e atividades;
- 13 Reforma administrativa e parcerias público-privadas;
- 14 Método do estudo do caso aplicado à administração pública;
- 15 Considerações Finais e Avaliação

OBJETIVOS

Capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas Contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas e disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública.

AVALIAÇÃO

Leitura, discussão e apresentação (LDA) de artigos e/ou capítulos de livros, relacionados aos temas e conteúdos tratados no programa, seguidos da apresentação oral, individual ou em grupo do tema selecionado. Pontuação = 2,00;

Resumo escrito, crítico de dois artigos (REC), a ser indicado conforme a dinâmica das reflexões críticas realizadas nos encontros presenciais. Pontuação = 1,0;

Elaboração de um Artigo Científico (AC) referente aos elementos constituintes da disciplina, com intuito de publicação para periódico Qualis. Pontuação = 7,00. Data final da entrega do Artigo Científico, a combinar, entrega via e-mail e impresso. Importante: O corpo textual do Artigo Científico deverá ser elaborado segundo as normas da ABNT e/ou de um periódico da área Interdisciplinar já identificado. Ver e informar



antecipadamente junto ao professor;

Atividades EaD. A disciplina será ministrada sob a modalidade semipresencial, totalizando 60 horas-aula. Os encontros presenciais ocorrerão em sessões com aulas expositiva-dialógica e oportunizando para as apresentações dos Seminários solicitados. As aulas expositivodialógicas serão seguidas de discussões sobre o conteúdo apresentado/proposto para cada encontro. As mesmas contarão com uma Bibliografia obrigatória e outra complementar. Será exigida dos alunos a leitura prévia da Bibliografia obrigatória e de apresentação e discussão dessa leitura;

4

A aprovação na disciplina dependerá do Nível de Frequência e da Média de Aproveitamento dos conteúdos ministrados, expressa em nota;

Para a aprovação, por Nível de Frequência, o alunodeverá ter presença igual ou superior a 75% da carga horária, expressa neste Plano de Ensino;

O aluno que alcançar a Média de Aproveitamento igual ou superior a 7,0 receberá a menção de Aprovado. A Média de Aproveitamento será composta pela somatória dos valores, tal como demonstrada, a seguir:
Média de Aproveitamento = $(LDA \times 0,2) + (REC \times 0,1) + (AC \times 0,70)$

METODOLOGIA

-

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, Luiz Fernando. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. In: Revista de Administração Pública. Edição Especial Comemorativa. São Paulo: FGV, 2007.
- AFFONSO, Rui de Brito. A crise da federação no Brasil. In: Ensaios FEE, (15) 2, Porto Alegre: 1994, p. 321-337.
- _____. O federalismo e as teorias hegemônicas da economia do setor público na segunda metade do século XX. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de doutoramento). (Capítulo 5).
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Revista Lua Nova, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ARAÚJO, Cícero. Razão pública, bem comum e decisão democrática. In: Coelho V. S. P, Nobre M. (Orgs). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora, v. 34, p. 157-169, 2004.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. In: Revista Dados, vol.45, N.3, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. A Moralidade da Democracia. Editora da UFMG. Belo Horizonte, 1996.
- _____. Experiências nacionais de participação social. In: Democracia Participativa. Cortez, 2009.
- _____. Teoria Democrática e Deliberação Pública. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. nº 50, 2000.
- BEHN, Robert D. Rethinking Democratic Accountability. Washington, Brookings Institution Press, 2001.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. (Capítulos 1, 2 e 3).
- _____. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. Teoria das formas de Governo. São Paulo: Paz e Terra, 1980. (Capítulos 2, 3



e 4).

BRASIL, Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

_____. Casa Civil. Lei no. 11.079, de 30 de dezembro. Brasília, 2004.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Decreto no. 8.243/2014. Brasília, DF, Presidência da República, 2014.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado. Brasília: Enap, 2001.

_____. Burocracia pública e reforma gerencial. In: Revista do Serviço Público de 1937 a 2007. número comemorativo dos 70 anos, 2007.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v.24, n.2, fev/abr.1990.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990. (Capítulo 9).

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, José Augusto Dias de; TIMM, Luciano Benetti. (Org.) Estudo sobre parcerias público-privadas. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. Democracia, Avaliação e accountability: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. In: Anais do EnANPG-2006. São Paulo, Nov. de 2006.

CHISTIANO, Thomas. A Importância da Deliberação Pública. In WERLE, Denílson Luiz. E MELO, Rúrion Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.81-113.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DAHL, Robert, A. Sobre a Democracia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

ENAP. Em busca de uma nova síntese para a administração pública: textos para discussão. (Editado por Jocelyne Bourgon). Brasília: ENAP, 2010.

FARIA, Cláudia Feres. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. nº 50 2000, p. 47-68.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

_____. O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Segunda parte).

GONÇALVES, Andréa de Oliveira FARIA, João Abreu (Orgs.). Casos de Ensino em Administração Pública: Brasil – Portugal. São Paulo: Atlas, 2012.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1986.

GURGEL, Claudio. A gerência do pensamento. Gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política. Edições Loyola: São Paulo, 2007. (Partes, III, IV e V)

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O federalista. Belo Horizonte: Líder, 2003.

HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado: Rio de Janeiro: Revan, 2010. (Capítulo 2).

LIMA JR, Olavo Brasil. As reformas administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos. In: Revista do Serviço Público. Ano 49, Número 2, Abr-Jun, 1998.

MANIN, Bernard. Legitimidade e Deliberação Política. In WERLE, Denílson Luiz, MELO, Rúrion Soares (Org.). Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007, p.15-45.



- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 40. ed, 2014.
- MUKAI, Toshio. Parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- O'DONNELL, Guillermo. Democracia, Agência e Estado: teoria com intenção comparativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (Capítulos 1,2 e 3).
- _____. Accountability horizontal e novas poliarquias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. nº 44, 1998.
- PACHECO, Regina Sílvia. Administração pública nas revistas especializadas — Brasil, 1995-2002. Revista de Administração de Empresas. v. 43, n. 4, p. 63-71, out./dez.2003.
- PAES de PAULA, Ana, Paula. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PEREIRA, Lia, Alt; PEREIRA, Lia, Valls. O setor público brasileiro: 1890/1945. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão).
- PIETRO, Maria Sílvia Zanella Di. Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. (Capítulos 1, 2 e 6).
- _____. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005
- QUÉAU, Philippe. A revolução da informação: em busca do bem comum. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, 1998.
- REVISTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL (APGS). Várias edições. Disponível em <www.apgs.ufv.br>.
- REVISTA BRASILEIRA De CASOS De ADMINISTRAÇÃO. Várias edições. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvcasos/index>>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). 2003. Democratizar a democracia— Os caminhos da democracia participativa. Porto: Afrontamento, 2003. (Capítulos 10, 11 e 13).
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar. 1984. (Capítulo 21).
- SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública.vol. 43, n. 2, mar/abr., 2009, pp. 347-369.
- TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Estado, Governo e administração pública. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2012.
- VÁRNAGY, Tomás. O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo. In: BORON, Atílio A. Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.
- VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. As funções da Administração Pública. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31496>>. Acesso em: 07 ago. 2014.
- WEFFORT, Francisco C. (org.) Os Clássicos da Política.São Paulo: Ática, 2000. (Coleção Fundamentos, Vol.1). (Capítulos 3, 6 e 7).